

## DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

<b>Designação do projeto</b>	Ampliação da Pedreira n.º 6619 - Plaina das Queirogas
<b>Fase em que se encontra o projeto</b>	Projeto de Execução
<b>Tipologia do projeto</b>	Alínea a) do ponto 2 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações e redação produzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
<b>Enquadramento no regime jurídico de AIA</b>	Subalínea ii) da alínea b) do ponto 4 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações e redação produzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
<b>Localização (freguesia e concelho)</b>	União das freguesias de São Tomé do Castelo e Justes, Concelho de Vila Real
<b>Identificação das áreas sensíveis</b>	Sítio Alvão-Marão (PTCON0003) da Rede Natura 2000
<b>Proponente</b>	BRIVEL – Britas e Betões de Vila Real, S. A.
<b>Entidade licenciadora</b>	Direção-Geral de Energia e Geologia
<b>Autoridade de AIA</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

<b>Descrição sumária do projeto</b>	<p>Este capítulo foi elaborado de acordo com os elementos constantes do EIA (incluindo Aditamentos) e projeto.</p> <p><u>Enquadramento</u></p> <p>A Brivel – Brivel - Britas e Betões de Vila Real, S.A., detentora da Pedreira n.º 6619 “Plaina das Queirogas”, solicitou ao abrigo do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, a regularização da área não titulada por licença. Ao abrigo desta legislação obteve, em 03 de março de 2009, uma licença provisória para uma área de 29 088 m<sup>2</sup> com pareceres favoráveis da ex-Direção Regional da Economia do Norte, do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e da Câmara Municipal de Vila Real. O proponente nunca concluiu o respetivo licenciamento, alegando as condições económicas do mercado e a crise sentida à data.</p> <p>Pretende, nesta fase, proceder ao licenciamento da exploração e à ampliação da área contemplada na licença provisória, de 29 088 m<sup>2</sup> para 94 202 m<sup>2</sup>. Refere ainda que, com este objetivo, obteve uma Declaração de Interesse Municipal, emitida por deliberação da Câmara Municipal em 05-09-2016, e da Assembleia Municipal de Vila Real em 25-11-2016.</p> <p>Parte da área a ampliar já foi explorada como pedreira por anteriores arrendatários, existindo assim, atualmente, nesta área, um passivo ambiental resultado das explorações anteriores. A Brivel afirma, no PARP apresentado, a</p>
-------------------------------------	--

pretensão de minimizar o passivo ambiental existente causado pelas anteriores explorações.

Neste seguimento, a Brivel solicitou a regularização da atividade no âmbito do Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERAE), definido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, sendo que o EIA em avaliação se enquadra neste pedido de regularização da atividade.

#### Objetivo e Justificação do Projeto

O objetivo desta exploração é a produção de blocos e de semi-blocos para posterior transformação em artefactos de granito para obras públicas e construção civil.

Após a extração do recurso mineral na pedreira alvo de estudo, a transformação do granito explorado é desenvolvida noutras indústrias a jusante, sendo grande parte transformada em instalações industriais próprias, isto é, instalações do grupo económico a que a empresa Brivel pertence, localizadas em Vilarinho de Samardã.

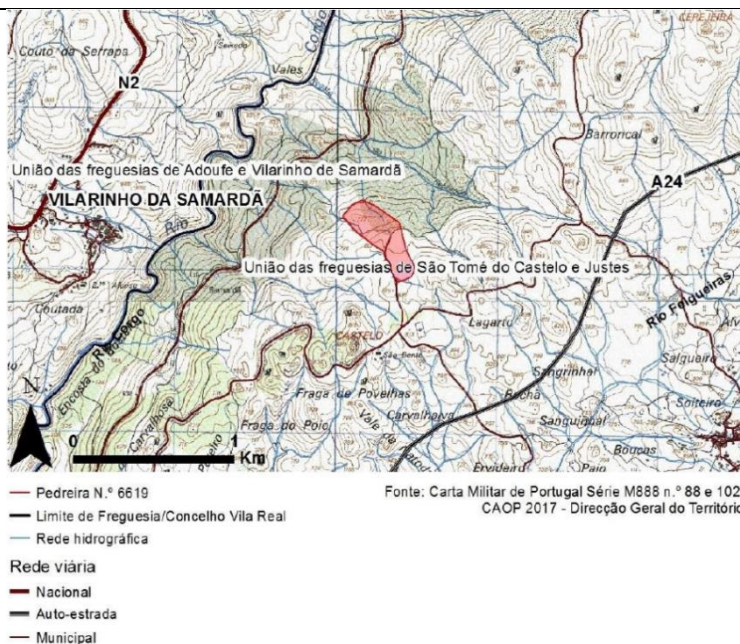
De modo a corresponder à procura e às necessidades impostas pelos clientes, a Brivel vê-se obrigada a produzir granito amarelo com qualidade elevada e constante. Esta nova prática tem vindo a exercer na empresa uma forte pressão comercial, sendo que se torna essencial para a viabilidade da empresa que a área de ampliação da pedreira seja uma realidade, uma vez que é precisamente aí que se localiza o granito de melhor qualidade.

#### Descrição do Projeto

##### *Localização*

O projeto situa-se na União das freguesias de São Tomé do Castelo e Justes, concelho e distrito de Vila Real.

O acesso principal à pedreira faz-se a partir da A24 na direção de Vila Real a Chaves. Na saída de Vilarinho de Samardã, na 2.ª rotunda, corta-se para um estradão asfaltado em direção a Sul e percorre-se cerca de 280 m. Corta-se à direita por um estradão de terra. Cerca de 620 m à frente vira-se à direita. Percorre-se 370 m e vira-se novamente à direita. Após 400 m corta-se à esquerda. Cerca de 3 km, e depois de se passar pelo alto do Castelo, vira-se novamente à esquerda. A entrada da pedreira é a cerca de 470 m à frente. A entrada da pedreira localiza-se aproximadamente a uma latitude de 41°22'44.74"N e longitude de 7°40'53.34"W (coordenadas WGS84).



**Figura 1** - Enquadramento geográfico da Pedreira n.º 6619 “Plaina das Queirogas”

(Fonte: RS – outubro de 2018)

Existem 7 pedreiras vizinhas georreferenciadas, de acordo com as informações da DGEG que foram integradas no EIA, embora a maioria sem qualquer atividade extrativa. De Sul para Nascente respetivamente: n.º 6382 “Fraga da Torre” (47 920 m<sup>2</sup>), n.º 6660 “Lagarto” (49 000 m<sup>2</sup>), n.º 6550 “Fraga do Gaio” (39 071 m<sup>2</sup>) e P50 “Boi Morto”. De Sul para Poente respetivamente: P 83 “Fraga de Leirós” (49 000 m<sup>2</sup>) e P 101 “Fraga da Lameira” (20 036 m<sup>2</sup>). A Norte – “Pedreira da Murada”.

Das pedreiras referidas anteriormente, a pedreira P50 “Boi Morto” e a “Pedreira da Murada” encontram-se a mais de 1 km de distância.

#### *Localização em áreas sensíveis*

O local de implementação do Projeto de Ampliação da Pedreira n.º 6619 “Plaina das Queirogas” é uma área sensível, uma vez que a área a licenciar se encontra condicionada ao estatuto de proteção da “Rede NATURA 2000” – PTCO0003 Marão-Alvão (Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto), não se encontrando dentro dos limites do Parque Natural do Alvão.

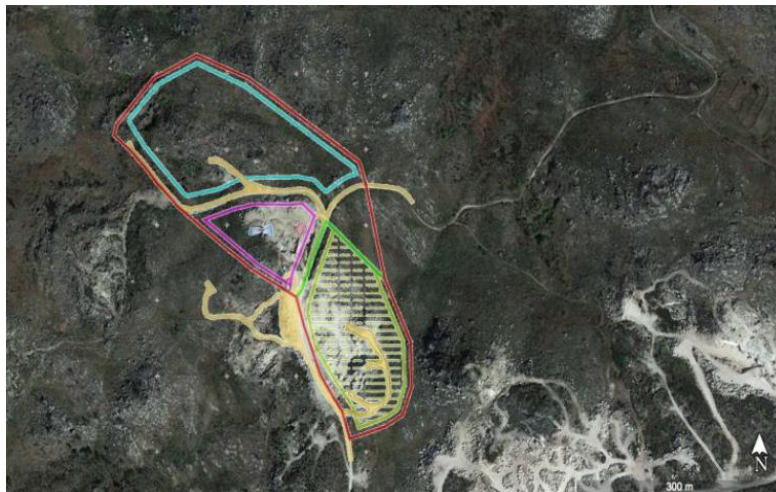
#### *Área da Pedreira e tipo de massas minerais*

A área final da pedreira será de 94 202 m<sup>2</sup>, englobando uma área alvo de licença prévia de 29 088 m<sup>2</sup> dos quais 26 000 m<sup>2</sup> já se encontram intervencionados. A área de exploração (31 539 m<sup>2</sup>) permite definir reservas a longo prazo, cerca de 27,4 anos.

Segundo informação constante do EIA, e verificada aquando da visita ao local do projeto, a pedreira encontra-se em laboração.

A área do projeto inclui uma área destinada aos anexos e parque de blocos, com cerca de 9 400 m<sup>2</sup>, onde estão instalados os contentores para instalações sanitárias, sala convívio, arrumos-ferramentas, depósito de combustível,

gerador e compressores e eventuais instalações industriais, como fabrico de cubos, depósitos de materiais e outras instalações que possam vir a ser consideradas. Todas estas infraestruturas serão desmanteladas e retiradas após o encerramento da pedreira.

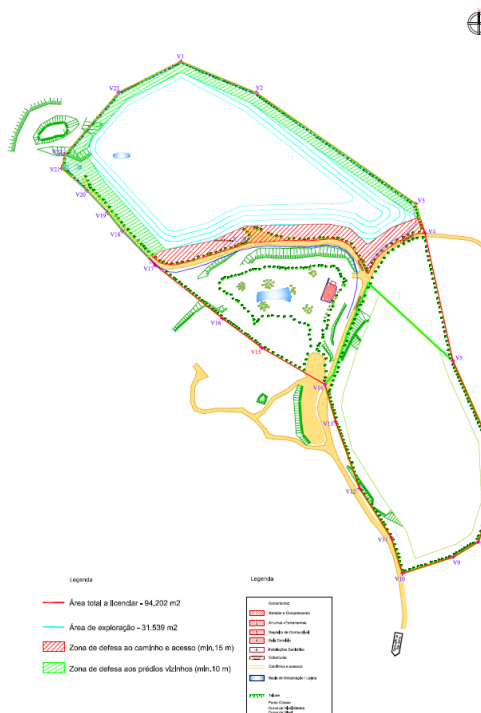


**Figura 2** - Área da pedreira a licenciar (cor vermelha); área de exploração (cor azul claro); área licenciada (cor verde claro); área de anexos e parque de blocos (cor lilás); área a recuperar a Sul (zebrado cor verde escuro) (Fonte: RS – outubro de 2018)

### Zonas de Defesa

O Plano de Lavra e o EIA referem que serão cumpridas as zonas de defesa previstas na lei, nomeadamente:

- Prédios rústicos vizinhos – 10 m;
- Caminhos públicos – 15 m;



**Figura 3** – Plano de Lavra – Zonas de Defesa (Fonte: Anexos Aditamento – fevereiro de 2019)

### *Produção anual e previsão temporal*

Conforme já referido, a área de exploração definida no projeto é de 31 539 m<sup>2</sup> e permite definir reservas a longo prazo, cerca de 27,4 anos. Encontram-se disponíveis 608 934 m<sup>3</sup> de reservas, os quais correspondem a cerca de 1 644 122 ton, considerando uma densidade de 2,7 ton/m<sup>3</sup> para o granito.

Cotas bancadas (m)	Área Bancada (m <sup>2</sup> )	Altura média Bancada (m)	Reservas (m <sup>3</sup> )	Reservas (ton)	Faseamento (anos)
791-781	3 027	4	12 108	32 692	0,54
781-771	8 522	5	42 610	115 047	1,92
771-761	21 244	7	148 708	401 512	6,69
761-751	24 391	8	195 128	526 846	8,78
751-741 *	21 038	10	210 380	568 026	9,47
TOTAL			608 934	1 644 122	27,4

\* bancada em rebaixo

**Tabela 1** – Volumes de reserva calculados

(Fonte: RS – outubro de 2018)

Estima-se que, dos 608 934 m<sup>3</sup> de reservas, só sejam aproveitados 50% para fins ornamentais. O destino dos restantes 50%, considerado escombros, pode ainda variar, dependendo da qualidade do granito e de outros aproveitamentos que sejam oportunos em termos de mercado.

Os desperdícios de granito sem qualquer valor comercial, isto é, não aproveitados, são armazenados temporariamente em escombreira na pedreira, em duas áreas definida para tal, uma a Norte e outra a Sul. Prevê-se uma volumetria total a rondar os 304 467 m<sup>3</sup>.

Este escombros será aproveitado na recuperação paisagística da pedreira, sendo que, de acordo com os cálculos efetuados no PARP, serão necessários 301 000 m<sup>3</sup> de estêreis (escombros).

### *Metodologia extrativa*

O EIA refere que, em termos gerais, a proposta de exploração promove a modelação / recuperação faseada de toda a área afetada.

A exploração desenvolve-se em flanco de encosta e em profundidade. Durante os próximos anos a exploração será feita em flanco de encosta entre as cotas 791 e 751, e partir dessa, em profundidade (rebaixo), até à cota final de exploração prevista – cota 741.

O sistema de extração adotado é a céu aberto, sendo o desmonte da massa granítica feito por meio de pequenas quantidades de pólvora e explosivos, e sempre que possível recorrendo ao fio diamantado.

Está prevista a criação de patamares de exploração com largura de 3 a 5 m, de modo a garantir o acesso em segurança de pessoas e equipamentos, e alturas de bancadas médias de 10 m. A evolução da lavra será executada através do desmonte por degraus, em quatro bancadas em flanco de encosta e uma bancada em rebaixo, resultando um total de cinco bancadas a explorar.

A metodologia de exploração será a de promover a recuperação de áreas abandonadas, ou seja, as áreas de exploração conforme forem sendo abandonadas, serão de imediato recuperadas.





na base. Normalmente as pegas de fogo são constituídas por 8 a 10 furos. A periodicidade das pegas de fogo é diária.

O desmonte é ainda efetuado recorrendo à utilização de máquinas de Fio Diamantado, em complemento à utilização de cargas explosivas. Após a execução dos furos necessários à individualização do bloco, o fio diamantado deverá ser introduzido e conduzido pelo interior dos furos, o que permitirá o corte das faces e posterior individualização do bloco do restante depósito mineral. Após a realização das operações atrás descritas serão obtidos blocos de dimensões variáveis.

#### *Instalações Auxiliares e Anexos*

Os anexos existentes na exploração foram dimensionados de forma a permitir um normal funcionamento. Na área destinada aos anexos e parque de blocos, com cerca de 9 400 m<sup>2</sup>, existem as seguintes instalações sociais e de apoio:

- Contentor com instalações sanitárias para todo o pessoal.
- Contentor sala de convívio.
- Depósito de gasóleo, com capacidade para 3 000 l.
- Telheiro para gerador e compressores.
- Contentor para arrumos - ferramentas.

As operações de lubrificação e manutenção das máquinas são efetuadas em oficina exterior à pedreira, pelo que não está prevista a instalação de um separador de hidrocarbonetos. Também não está prevista a instalação de um lava-rodados, uma vez que o acesso é efetuado por caminho de terra batida.

Todas estas infraestruturas serão desmanteladas e retiradas após o encerramento da pedreira.

#### *Acessos, circulação interna e equipamentos*

O acesso à pedreira já se encontra descrito anteriormente.

Considerando 250 dias de trabalho por ano, a produção diária prevista será 120 ton/dia, que representa 5 camiões por dia, considerando uma carga de 24 ton por camião. O trajeto preferencial entre a pedreira e a indústria transformadora é apresentado na figura seguinte.



**Figura 5** – Trajeto preferencial de transporte de matéria-prima entre a Pedreira n.º 6619 “Plains das Queirogas” e a indústria transformadora da Brivel (assinalada a vermelho) (Fonte: Aditamento – abril de 2019)

Não se prevê a necessidade de alterar os acessos internos da pedreira. O sistema de acessos previsto para servir a pedreira inclui caminhos de transporte fora das áreas de escavação e rampas de acesso aos diferentes pisos. Os acessos foram projetados com base na rede já existente.

O tipo de equipamento necessário aos trabalhos não sofrerá alteração significativa, relativamente ao usado atualmente, e está listado no EIA. Os equipamentos existentes e a utilizar são recentes, estando por isso equipados das melhores tecnologias disponíveis (MTD) para a extração de granito, de forma a obterem-se os melhores rendimentos ao mais baixo custo.

#### *Meios Humanos e regime de laboração*

A Brivel tem no total 31 trabalhadores, sendo que na pedreira em análise trabalham 5 colaboradores.

O pessoal afeto à extração da pedreira labora num só turno, das 8 horas às 17 horas, com paragem para almoço das 12:30 horas às 13:30 horas. A atividade normal da Pedreira n.º 6619 “Plaina das Queirogas” decorre durante 5 dias por semana, durante os 12 meses do ano.

#### *Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP)*

A solução de recuperação contempla a suavização das inclinações dos taludes resultantes da lavra, de forma a garantir a adequada segurança de todos os potenciais utilizadores desse local, a renaturalização da área, a requalificação de habitats, a criação de refúgios para fauna, o enquadramento paisagístico e a melhoria geral das condições ambientais.

Na zona de exploração em rebaixo, ou seja, entre a cota 741 e a cota 751, haverá o enchimento até à cota 751, com materiais inertes resultantes do escombros da própria exploração, de forma a criar uma plataforma a ser reabilitada.

Nas bancadas em flanco de encosta (entre as cotas 791 e 751), o tipo de intervenção preconizado consiste no tratamento do ponto de vista de estabilização de taludes e do ponto de vista paisagístico, propondo-se o adoçamento das suas formas finais de exploração (suavização das formas agrestes criadas pelas bancadas resultantes da exploração), através do enchimento (aterro) e suavização dos taludes com materiais inertes.

Na zona Sul, anteriormente licenciada, apesar de não estarem previstas ações de exploração adicionais está também prevista a recuperação desta área, estando prevista a modelação do terreno, com o aterro parcial com material estéril e regularização dos taludes existentes.

O PARP prevê a criação de plataformas com escoamento de águas para o exterior através de uma pequena inclinação com que as mesmas serão dotadas. Como finalização, será aplicada uma camada de terra viva, proveniente da decapagem da área de exploração.

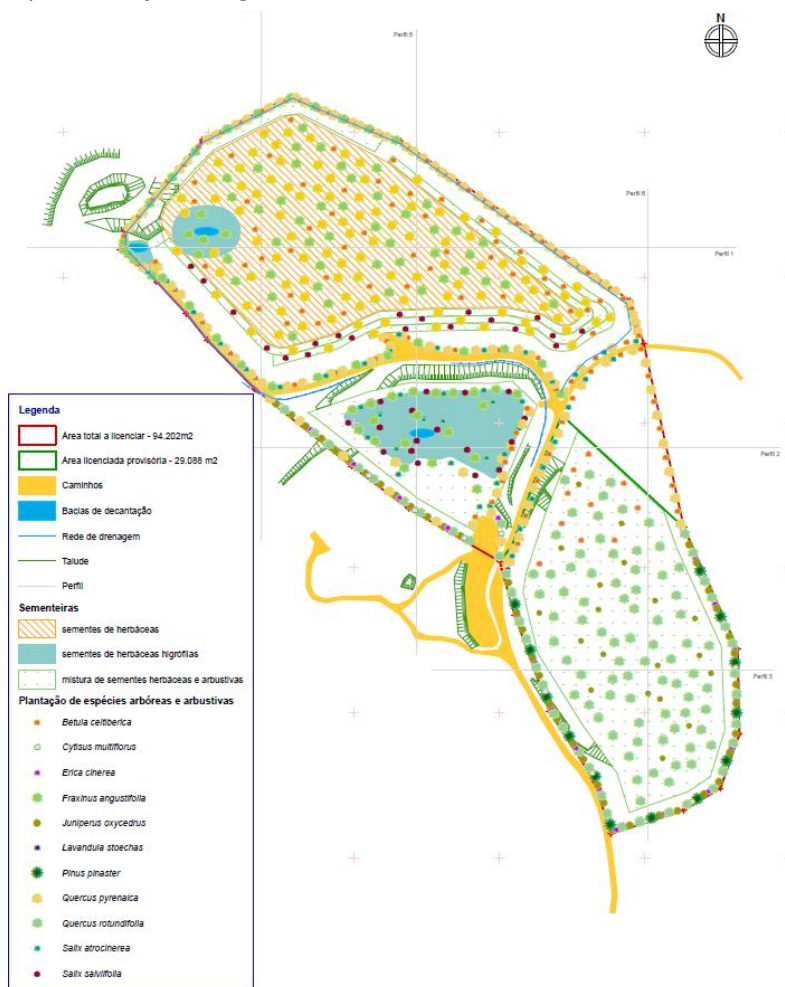
Prevê também a reconversão da área afeta ao projeto para um espaço florestal, procurando recriar o uso florestal pré-existente do local e da envolvente, através da sementeira e plantação de espécies florísticas adaptadas ou que



facilmente se adaptam às características edafo-climáticas da região, de forma a requalificar e recuperar as características do local.

A recuperação ambiental e paisagística será desenvolvida em três fases distintas, em termos de ações a desenvolver: Fase 1 – Fase de preparação: recuperação a curto prazo, Fase 2 – Recuperação segundo o avanço da exploração e Fase 3 – Fase final de recuperação.

O período de manutenção / consolidação prolonga-se por um período de 5 anos após implementação integral do PARP.



**Figura 6 – PARP – Situação Final**

(Fonte: Anexos EIA – outubro de 2018)

## Síntese do procedimento

Foi esta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) notificada pela Autoridade Nacional do Licenciamento Único de Ambiente (ANLUA) – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) – de que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em avaliação havia sido submetido via plataforma do Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), tendo-se constituído como Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), de acordo com o disposto na alínea b) do ponto 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com a redação e alterações produzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de

27 de agosto, Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro – Regime Jurídico de AIA (RJAIA).

A documentação foi distribuída a 09 de novembro de 2018, tendo, assim, o procedimento sido instruído no dia 12 de novembro de 2018.

O EIA, apresentado em fase de Projeto de Execução, diz respeito à “Ampliação da Pedreira n.º 6619 - Plaina das Queirogas”, localizada na União das freguesias de São Tomé do Castelo e Justes, no Concelho de Vila Real.

Este projeto, cujo proponente é a empresa BRIVEL – Britas e Betões de Vila Real, S.A., tem enquadramento no RJAIA na subalínea ii) da alínea b) do ponto 4 do artigo 1.º do RJAIA, e na alínea a) do ponto 2 do Anexo II, por se tratar de “pedreira que, em conjunto com outras unidades similares, num raio de 1km, ultrapassa os 15ha”.

Uma vez que o território onde se localiza o projeto se encontra condicionado ao estatuto de proteção da Rede Natura 2000 – Alvão/Marão (PTCON0003), classificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, é, como tal, considerado “área sensível” para efeitos de aplicação do regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (cf. definido na subalínea ii) da alínea a) do artigo 2.º do RJAIA).

De acordo com o previsto no ponto 2 do Artigo 9.º do RJAIA, a Autoridade de AIA (AAIA), que preside à Comissão de Avaliação (CA), convocou os seguintes organismos para integrem a Comissão:

- CCDR-N, que preside à CA e nomeou igualmente Técnicos especialistas em avaliação ambiental, em termos de Geologia, Geomorfologia e Recursos Minerais, Paisagem, Socioeconomia, Solos e Usos do Solo, Ordenamento do Território, Resíduos, Ambiente Sonoro e Qualidade do Ar, ao abrigo das alíneas a) e k);
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), ao abrigo da alínea k), em matéria de Análise de Riscos;
- Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Norte (APA/ARH-N), nos termos da alínea b);
- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / Departamento de Alterações Climáticas (APA/DAC), ao abrigo da alínea j), em matéria de Alterações Climáticas.
- Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N), ao abrigo da alínea i), em matéria de Saúde Humana;
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), nos termos da alínea h);
- Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), nos termos da alínea d);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), nos termos da alínea c), em matéria de Sistemas Ecológicos e apreciação do PARP;

A CCDR-N encontra-se representada na CA, para além da Sra. Dra. Maria João Barata, que preside à Comissão e é responsável pela avaliação em matéria de Geologia, Geomorfologia e Recursos Minerais, pelos seguintes técnicos: Arqta. Paisagista Alexandra Duborjal Cabral (Paisagem), Eng. Armindo Magalhães (Descrição do Projeto), Eng. Luis Santos (Resíduos), Dra. Manuela Novais (Qualidade do Ar), Eng.ª Maria Ana Fonseca (Socioeconomia), Eng. Miguel

Catarino (Ambiente Sonoro) e Eng.ª Sónia Ramos (Ordenamento do Território e Uso do Solo). A Sra. Dra. Rita Ramos é a técnica da CCDR-N nomeada para promover a Consulta Pública e elaborar o respetivo Relatório, tal como estipulado na alínea i) do ponto 3 do artigo 8.º do RJAIA.

A ANEPC nomeou o Sr. Eng. Fernando João, do Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real, e em sua suplência a Sra. Eng.ª Isabel Santana, da Direção de Serviços de Planeamento de Emergência / Divisão de Riscos e Ordenamento da ANEPC.

A APA/ARH-N está representada na CA pela Sra. Eng.ª Sónia Martins.

A ARS-N nomeou para sua representante a Sra. Eng.ª Solange Azevedo.

A DGEG designou como representante na CA o Sr. Eng. Serafim Rui Sousa.

O ICNF nomeou o Sr. Eng. Mário Rui Duro para seu representante, tendo sido efetivada uma alteração no decorrer do procedimento, passando a Sra. Arqta. Paisagista Alcinda Tavares a representar o ICNF.

A DRC-N está representada na CA pelo Sr. Dr. Orlando Sousa.

A APA/DAC indicou não ter identificado questões pertinentes, pelo que considerou não ser relevante participar nesta avaliação.

Atendendo ao disposto no ponto 6 do artigo 14.º do RJAIA, a AAIA convidou o proponente a efetuar a apresentação do projeto e respetivo EIA à CA, em reunião que ocorreu no dia 04 de dezembro de 2018.

Face à avaliação da conformidade do EIA efetuada pela CA, e sem prejuízo dos esclarecimentos prestados no âmbito da reunião referida, verificou-se a necessidade de obter, formalmente, esclarecimentos / informação adicional sobre determinados aspetos do EIA, pelo que se emitiu, e se introduziu na Plataforma LUA, o Pedido de Elementos Adicionais (PEA) para efeitos de conformidade do EIA, a 06 de dezembro de 2018, tendo o prazo do procedimento de AIA sido suspenso nessa data, sendo decorridos 19 dias úteis do mesmo. Foi ainda remetido, ao proponente, um aditamento ao PEA, tendo em conta uma solicitação do ICNF.

Apesar do prazo definido pela AAIA ter sido o dia 15 de março de 2019, a 07 de março de 2019 o representante do proponente solicitou prorrogação do prazo de resposta, tendo a mesma sido concedida pela AAIA a 11 de março de 2019, cifrando-se o novo prazo de resposta no dia 31 de maio de 2019.

A notificação da entrada da resposta do proponente foi comunicada à AAIA no dia 27 de maio de 2019. Assim, o prazo do procedimento de AIA foi retomado a 28 de maio de 2019, a data limite para pronúncia sobre a conformidade do EIA transitou para o dia 21 de junho de 2019, e a data de conclusão do procedimento de AIA será o dia 20 de setembro de 2019.

Analisada a documentação, concluiu-se que o Estudo em apreço estava corretamente organizado no que respeita ao exercício da Avaliação de Impacte Ambiental e que estava de acordo com as disposições legais em vigor nesta área. A informação, complementada com os elementos adicionais solicitados, preencheu genericamente os requisitos do índice de matérias a analisar e que constam do Anexo V do RJAIA.

	<p>Neste pressuposto, a AAIA declarou, a 19 de junho de 2019, a conformidade do EIA, prosseguindo o procedimento de AIA a sua tramitação nos moldes previstos na legislação.</p> <p>Não obstante, foi necessário solicitar ao proponente elementos complementares em matéria de Saúde Humana, cuja resposta foi dada oportunamente.</p> <p>A CA efetuou uma visita ao local do projeto no dia 26 de julho de 2019, tendo sido acompanhada por representantes do proponente e da equipa de consultoria ambiental responsável pelo EIA.</p> <p>Ao abrigo do ponto 11 do artigo 14.º do RJAIA, foi solicitado parecer à Câmara Municipal de Vila Real, não tendo sido obtida qualquer resposta.</p> <p>A Consulta do Público decorreu durante 30 dias úteis, entre os dias 26 de junho e 02 de agosto de 2019.</p> <p>Os contactos do proponente do projeto – BRIVEL - Britas e Betões de Vila Real, S.A., são:</p> <p>Morada: S. Cosme - S. Tomé do Castelo, 5000-731 Vila Real</p> <p>Telefone: +351 259 302 630</p> <p>Email: geral@brivel.pt</p> <p>A equipa de consultoria ambiental responsável pelo EIA é a Georeno – Projetos e Consultadoria, Lda., e o período de elaboração decorreu entre janeiro de 2017 e agosto de 2018.</p> <p>A Proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), acompanhada pelo Parecer Técnico Final da Comissão de Avaliação (PTFCA) e do Relatório da Consulta pública (RCP), foram remetidos ao proponente a 23 de agosto de 2019, correspondendo ao 80.º dia do prazo do procedimento de AIA, para efeitos do período de Audiência Prévia aos interessados, atento ao disposto nos artigos 121.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo (CPA), tendo sido suspenso o prazo do procedimento de AIA.</p> <p>Face à data de notificação do proponente (26 de agosto de 2019), o prazo limite para apresentação de alegações seria o dia 09 de setembro de 2019.</p> <p>Tendo em consideração a suspensão do prazo para efeitos de audiência prévia, a data limite para exarcação da DIA transitou para o dia 7 de outubro de 2019.</p> <p>Na ausência de apresentação de alegações por parte do proponente, ou qualquer outra pronúncia, emite-se a presente DIA.</p>
<p><b>Síntese do parecer apresentado pela entidade consultada</b></p>	<p>No âmbito da presente avaliação e ao abrigo do ponto 11 do artigo 14.º do RJAIA, foi solicitado parecer à Câmara Municipal de Vila Real (CMVR), não tendo sido obtida qualquer resposta.</p>
<p><b>Síntese do resultado da consulta pública e sua consideração na decisão</b></p>	<p>De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, Lei n.º</p>

	<p>37/2017, de 2 de junho e Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro, a Consulta do Público decorreu entre os dias 26 de junho e 02 de agosto de 2019, num total de 30 dias úteis.</p> <p>Durante este período de Consulta Pública foram registadas duas participações, através do Portal Participa, as quais foram consideradas no âmbito da avaliação e cujo teor se transcreve, integralmente, a seguir:</p> <p>1 - <i>“Bom dia O planeta não necessita de mais pedreiras. O Homem continua a destruir a Natureza para fins económicos. Neste caso, para ampliação de uma empresa, com a única finalidade - a sua economia. Apesar de apresentarem um estudo acessível de cerca de 300 páginas, sustentam a integração de 5 funcionários e a necessidade de matéria prima para a construção - o impacto ambiental será para todos nós, para gerações e é 'impagável'. Discordo com o modo como se pensa a sustentabilidade do Planeta”.</i></p> <p>2 - <i>“Deixem-se disso”.</i></p>
--	---

<p><b>Informação das entidades legalmente competentes sobre a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes</b></p>	<p>No tocante aos aspetos de Ordenamento do Território, constata-se que o projeto é compatível com as disposições estabelecidas nos IGT em vigor.</p>
---	---

<p><b>Razões de facto e de direito que justificam a decisão</b></p>	<p>Da avaliação efetuada, e face aos pareceres setoriais emitidos, verifica-se que os principais impactes previstos com a execução do projeto se reportam à fase de exploração.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– no que concerne à <b>Paisagem</b>, face ao avaliado, e considerando que: na envolvente direta, numa proximidade de raio inferior a 1 km, há 5 explorações semelhantes, o que acentua a cumulatividade dos impactes sobre a Paisagem mas, paradoxalmente, e em simultâneo, torna esta ampliação menos destacável e identificável, individualmente, na Paisagem; a vertente a partir da qual a pedreira será mais visível, apesar de ter aglomerados populacionais, o número de observadores e, mais ainda, o número de observadores permanentes, é diminuto, sendo populações ancestralmente habituadas a associar aquelas encostas á exploração de massas minerais; há, ainda, a considerar, vegetação e obstáculos visuais, que o EIA apresenta como atenuantes da visibilidade sobre o projeto; e em termos de avaliação de impactes, e como é comum a esta tipologia de projeto, a desorganização da área de exploração, que permanece, numa expressão gradualmente crescente ao longo da vida útil do projeto, caracteriza este processo extrativo, e promove impactes negativos significativos, maioritariamente de expansão visual, cuja mitigação, no caso do projeto em avaliação, só é possível se o PARP vier a incluir as medidas de minimização que o EIA indica, e se o mesmo vier a ser implementado</li> </ul>
---	--



faseadamente; considera-se que poderá ser emitido parecer favorável ao projeto, condicionado à inclusão no PARP das medidas de minimização relacionadas com a dimensão bioecológica, e implementação faseada do PARP, devendo ser iniciada imediatamente a seguir à obtenção da licença no que concerne à área de passivo ambiental;

- no tocante ao fator **Socioeconomia**, os impactes negativos do projeto são pouco significativos e minimizáveis através da implementação das medidas e da adequada atenção a eventuais reclamações efetuadas por parte da população residente na envolvente do projeto. Como impactes positivos, considerados significativos, salientam-se os efeitos no emprego, associado aos postos de trabalho mantidos, e à dinamização económica inerente à atividade, associada ao desenvolvimento das atividades complementares, serviços e fornecimento de produtos. Assim, emite-se parecer favorável ao projeto apresentado, condicionado ao cumprimento das medidas de minimização referidas, bem como à implementação do mecanismo de atendimento ao público para esclarecimento de dúvidas e atendimento de eventuais reclamações, cujo ponto de situação deverá ser remetido, juntamente com os relatórios de monitorizações dos demais descritores;
- em relação à **Geologia, Geomorfologia e Recursos Minerais**, considera-se que, tendo em consideração que os impactes ambientais, apesar de pouco significativos a significativos, decorrem do objeto do projeto – exploração da pedreira, emite-se parecer favorável ao projeto;
- no que respeita ao **Ordenamento do Território**, o projeto em causa não contraria o disposto nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor para a área em estudo, sendo admitida a exploração de recursos geológicos no regulamento do Plano Diretor Municipal de Vila Real. Emite-se parecer favorável condicionado à obtenção do parecer da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- relativamente ao **Uso do Solo** e atendendo que: os solos são constituídos por cambissolos em áreas com aptidão florestal, sendo referido no EIA que a área em análise apresenta uma ocupação vegetal profundamente adulterada do original, como consequência da intervenção do homem e, consequentemente, pela ocorrência de incêndios, sendo uma ocupação com reduzida importância ecológica; a afetação e a ocupação dos solos pela implantação do projeto está relacionada essencialmente com a fase de decapagem e limpeza da cobertura superficial, sendo que estas operações serão faseadas ao longo do período de exploração. Na fase de desativação ocorrerá a reconstituição do solo de modo a fornecer as condições necessárias à reposição do coberto vegetal; e a implementação do PARP proposto neste projeto permitirá a recuperação de um passivo ambiental já existente, decorrente de anterior exploração desta área por outros arrendatários, emite-se parecer favorável condicionado à implementação das medidas de minimização;
- no que concerne aos **Recursos Hídricos**, considera-se que apesar de o projeto poder induzir impactes negativos e pouco significativos, os mesmos são passíveis de serem minimizados, pelo que se emite parecer favorável condicionado ao cumprimento das medidas de minimização previstas;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>– em termos da <b>Qualidade do Ar</b>, o projeto contribuirá para as emissões de poluentes atmosféricos, principalmente partículas. No entanto, e uma vez que a situação futura é similar à situação atual e ao facto de se encontrar incorporado num núcleo extrativo consolidado, prevê-se que o impacto embora negativo e direto seja temporário, reversível e pouco significativo. Após a implementação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística prevê-se uma melhoria da qualidade do ar por cessação da exploração e por redução da área exposta à ação do vento sobre o solo. Emite-se parecer favorável condicionado à implementação das medidas elencadas e do plano de monitorização;</li> <li>– relativamente ao <b>Ambiente Sonoro</b>, os impactos resultantes do projeto de ampliação da pedreira são negativos, no entanto são pouco significativos, visto que não é expectável que o ambiente sonoro junto dos recetores sensíveis seja afetado pela ampliação (atividade na pedreira não será alterada sendo apenas aumentada a área extrativa), na fase de exploração e desativação. Assim, emite-se parecer favorável condicionado à implementação das medidas de minimização e do plano de monitorização;</li> <li>– em relação aos <b>Sistemas Ecológicos</b>, os impactos da exploração em análise são negativos, não agravando significativamente os impactos cumulativos e podendo mesmo contribuir para a implementação de uma maior disciplina e ordenamento da atividade extrativa e consequentemente um melhor desempenho ambiental e sustentabilidade. Emite-se parecer favorável condicionado ao cumprimento das medidas de minimização previstas e da revisão do PARP;</li> <li>– no que respeita ao <b>Património Cultural</b>, não foram identificados quaisquer vestígios / elementos patrimoniais, motivo pelo qual não há impactos decorrentes do projeto em avaliação. Emite-se parecer favorável condicionado ao acompanhamento arqueológico de todas as ações de revolvimento de terras.</li> <li>– no que concerne aos <b>Resíduos</b>, os impactos nas fases preparatória e de exploração podem ser classificados como negativos, pouco significativos, de magnitude compatível. Na fase desativação, o impacto poderá ser classificado como positivo, significativo e de magnitude compatível, dada a utilização dos resíduos nas ações de recuperação paisagística a desenvolver. Emite-se parecer favorável condicionado à implementação das medidas elencadas e do plano de monitorização;</li> <li>– em termos de <b>Riscos e Saúde Humana</b>, os impactos induzidos pelo projeto são passíveis de ser minimizados através da adoção de algumas medidas, sendo emitido parecer favorável ao projeto.</li> </ul>
--	---

Decisão
Favorável Condicionada

<b>Condicionantes</b>	
1.	Prestação da caução, relativa ao PARP – Plano Ambiental de Recuperação Paisagística, a determinar pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. na fase de licenciamento, nos termos previstos no artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro.
2.	As águas pluviais conduzidas para a bacia de decantação e que poderão ser restituídas à rede de drenagem natural em casos de acumulação excessiva, deverão cumprir com as condições a definir na licença de descarga que vier a ser emitida para o efeito e que deverá ser requerida pelo proponente junto da APA/ARH-N.
3.	Obtenção de licença de rejeição das águas residuais domésticas caso o proponente pretenda a sua rejeição no solo ou nos recursos hídricos.
4.	Nos termos do definido no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, todas as utilizações dos recursos hídricos estão sujeitas à obtenção prévia de título de utilização dos recursos hídricos a emitir pela APA, I.P., nomeadamente a rejeição de águas pluviais potencialmente contaminadas armazenadas na bacia decantação a instalar na zona mais baixa da exploração.
5.	Garantia de: <ul style="list-style-type: none"> <li>– acesso dos proprietários às suas parcelas;</li> <li>– normal funcionamento das infraestruturas já instaladas nas proximidades da área de intervenção, designadamente outras pedreiras confinantes;</li> <li>– compatibilização do projeto com as infraestruturas existentes, designadamente: abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de transporte e distribuição de eletricidade, vias rodoviárias e caminhos.</li> </ul>
6.	O acesso e circulação de veículos, equipamentos e pessoas na área da pedreira é da responsabilidade do Proponente.
<b>Elementos a apresentar à Autoridade de AIA em sede de licenciamento</b>	
1.	Resultado da análise, a realizar pela Direção-Geral de Energia e Geologia, em matéria de Vibrações, que inclua o modo como este descritor deverá ser acompanhado em fase de pós-AIA, destacando a necessidade ou não de monitorização e, em caso afirmativo, os termos em que essa monitorização deverá ser realizada.
2.	Parecer da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho na sua atual redação (Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro).
3.	Indicação de medidas que garantam a não afetação da qualidade de vida das populações em sede de encerramento da pedreira.
4.	Revisão do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP), nos seguintes termos: <ol style="list-style-type: none"> <li>Contemplar um Plano de Controlo e Erradicação de Espécies de Flora Invasoras, que deverá assegurar a continuidade das ações durante pelo menos o período de vida da exploração, devendo ser prevista a monitorização da implementação do plano e dos seus resultados;</li> <li>Contemplar um Plano e proposta de ações concretas e respetiva fundamentação, para a melhoria do habitat para aves e quirópteros;</li> <li>Contemplar um Plano de Modelação do terreno, cotado – cotas de terreno e cotas de projeto – que concretize também “a entrega” das cotas de projeto e de recuperação final com as cotas dos terrenos da envolvente;</li> </ol>

- d) O Plano de Plantação com a identificação das espécies a utilizar, tendo presente que o plano de plantação deverá estar em conformidade com as orientações de gestão definidas para o Sítio Alvão Marão;
- e) Deverá ainda ser prevista a monitorização da implementação do PARP, devendo esta estender se pelo período 5 anos, conforme referido na página 13 do Aditamento, para além da recuperação final após o encerramento da exploração;
- f) Prever a recuperação da área de passivo ambiental a curto prazo;
- g) Contemplar as seguintes medidas:
  - Preservar e fomentar a vegetação com a aplicação de material vegetal, por sementeira ou plantação, de espécies autóctones de diferentes estratos (herbáceas, arbustos e árvores), quer nos locais onde já não haverá exploração como em escombreyas ainda que temporárias e nos limites da pedreira;
  - Interditar a plantação de espécies com características invasoras;
  - Limitar o corte de vegetação às zonas efetivamente a explorar e respetivos acessos;
  - Não remover folhosas de regeneração natural que surjam na área a explorar ou, se necessário, proceder à sua transplantação para áreas alvo de recuperação paisagística;
  - Evitar o aparecimento de acumulações de água em zonas onde se pretende efetuar trabalhos de lavra;
  - Promover a plantação / sementeira de espécies autóctones como por exemplo espécimes *Q. robur* (carvalho-roble) e *B. pubescens spp. celtiberica* (bétula);
  - Promover a manutenção de zonas de matos no limite da zona de extração e nas zonas de deposição de terras;
  - Manter pequenas áreas cultivadas com misturas de cereal para a fauna de forma a estimular a ocorrência de diversas espécies de aves como a perdiz e outros passeriformes e coelho-bravo. Estas zonas devem ser em zonas afastadas da circulação de pessoas e veículos e numa zona onde não se preveja a expansão da pedreira, de preferência próximo de depósitos de restos de rocha e solo que deixem de ser utilizados ou de charcos temporários;
  - Manter uma superfície o mais texturada e irregular possível nos patamares e taludes que permita o refúgio e nidificação de fauna em geral e de aves rupícolas em particular;
  - Nas zonas onde ocorrem indivíduos isolados ou pequenos núcleos de folhosas promover a sua expansão de forma a criar pequenos bosquetes que aumentem a diversidade de biótopos na zona, assegurando que a perturbação é mínima nessas zonas;
  - Reflorestação da área intervencionada com espécies de flora autóctone (e bem adaptadas às condições edafoclimáticas da região);
  - Nas áreas sujeitas a movimentos de terras, deve proceder-se à decapagem da camada superficial do solo arável (terra viva) em profundidade variável dependendo das características pedológicas das áreas atravessadas. Esta deverá ser armazenada e posteriormente utilizada no recobrimento das áreas a plantar e/ou semear.

#### Medidas de minimização

##### Fases de preparação e de exploração

1. Deverá ser reforçada a formação aos trabalhadores sobre as boas práticas a ter durante a realização dos trabalhos, elencando o conjunto de medidas de minimização a implementar e a sua importância.
2. Deverá ser vedada toda a área de pedreira.

3. Deverá recorrer-se a mão-de-obra local, favorecendo a colocação de desempregados residentes no concelho ou concelhos limítrofes.
4. Deverá contratar-se serviços e adquirir produtos a empresas sedeadas no concelho por forma a gerar valor acrescentado ao projeto ao nível local.
5. Colocar sinalização que estabeleça a necessidade de que à saída da pedreira todos os camiões (próprios ou de clientes) tenham a carga devidamente acondicionada.
6. Colocar sinalização de proximidade à pedreira e de entrada e saída de camiões que deverá ser previamente autorizada pelo município.
7. Implementar um mecanismo expedito que permita o esclarecimento de dúvidas e o atendimento de eventuais reclamações das populações, como por exemplo a disponibilização de um livro de registo na Junta de Freguesia da área do projeto. Os registos efetuados no âmbito do mecanismo de atendimento ao público e o desenvolvimento dado deverão ser mencionados nos relatórios de monitorização, a enviar no âmbito dos restantes planos de monitorização.
8. Criação do sistema de drenagem previsto, para evitar o escoamento na área da pedreira das águas pluviais vindas do exterior e ordenar o escoamento das águas pluviais no interior da pedreira, encaminhando-as para bacias de decantação.
9. As operações de manutenção e armazenamento de substâncias potencialmente poluentes, como combustíveis e óleos, deverão ser localizadas em locais impermeabilizados e cobertos, dotados de bacias de retenção com capacidade suficiente para conter eventuais derrames.
10. Proceder à aspersão regular e controlada de água, sobretudo durante os períodos secos e ventosos, nas zonas de trabalhos e nos acessos utilizados pelos diversos veículos, onde poderá ocorrer a produção, acumulação e ressuspensão de poeiras.
11. Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afetos à pedreira, de forma a manter as normais condições de funcionamento e assegurar a minimização das emissões.
12. Caso ocorra deposição de terras e rocha, colocar alguns depósitos sob a forma de pequenos montes, em zonas com menor perturbação que à medida que forem sendo colonizados por vegetação, poderão tornar-se abrigos perfeitos e excelentes zonas de reprodução para o coelho-bravo e répteis.
13. Acompanhamento arqueológico de todas as ações de revolvimento de terras.
14. Aplicação dos princípios da prevenção e redução e da hierarquização das operações de gestão de resíduos, como sejam a entrega dos resíduos produzidos a entidades licenciadas para a sua gestão, privilegiando a sua valorização dos resíduos face à eliminação, sempre que técnica e economicamente viável.
15. Identificar os diferentes tipos de resíduos, codificando-os pelo respetivo código LER, de forma a assegurar a correta separação, acondicionamento e armazenamento temporário dos resíduos produzidos, bem como destino final adequado.
16. Manutenção de um registo atualizado das quantidades de resíduos gerados e respetivos destinos finais, com base nas guias de acompanhamento de resíduos.
17. Implementar e cumprir o Plano de Gestão de Resíduos.
18. Garantia pelo serviço de segurança e saúde no trabalho: da avaliação anual dos riscos profissionais para a saúde dos trabalhadores e segurança no local de trabalho e uma adequada vigilância ao seu estado de saúde; do cumprimento da sinalização de segurança e saúde, de acordo com o Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de junho, e a regulamentação introduzida pela Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de dezembro (com as



alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio, e pela Portaria n.º 178/2015, de 15 de junho, respetivamente); da disponibilização a todos os trabalhadores dos EPI (equipamentos de proteção individual) adequados à atividade.

19. Elaborar e executar de um programa de Prevenção e Controlo Ambiental de *Legionella*, por forma a prevenir o risco de disseminação e proliferação da bactéria *Legionella*, associado aos sistemas com potencial risco de desenvolvimento da bactéria como por exemplo: sistemas de rega / aspersão caso existam e reservatório de água de consumo (Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da Doença dos Legionários e procede à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto).

20. Elaborar anualmente um Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), por forma a avaliar a qualidade da água nos pontos de utilização instalados, de acordo com a legislação em vigor e Recomendação ERSAR n.º 04/2018. Apresentar anualmente o PCQA à Autoridade de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde Marão e Douro Norte, bem como, os respetivos resultados analíticos atendendo aos pressupostos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

21. Garantir a existência na rede predial destinada a consumo humano das instalações sociais, de um valor de cloro residual entre 0,2 e 0,6 mg/l, que funcionará como barreira sanitária a qualquer contaminação

#### **Fase de desativação / recuperação**

22. Manutenção de um registo com informação sobre a proveniência dos materiais vindos do exterior (solos e rochas, terra vegetal).

#### **Planos de monitorização/acompanhamento ambiental/outros**

A Autoridade de AIA deve ser previamente informada do início das fases de preparação e de exploração, de forma a possibilitar o desempenho das suas competências na pós-avaliação.

De acordo com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (na sua redação atual), devem ser realizadas auditorias por verificadores qualificados pela APA. A realização de auditorias deve ter em consideração o documento “Termos e condições para a realização das Auditorias de Pós-Avaliação”, disponível no portal da APA.

Deve ser realizada uma auditoria durante a fase de preparação/construção e outra três anos após o início da entrada em exploração.

Os respetivos Relatórios de Auditoria devem seguir o modelo publicado no portal da APA e ser remetidos pelo proponente à Autoridade de AIA no prazo de 15 dias úteis após a sua apresentação pelo verificador.

#### **Qualidade do Ar**

Este Plano de Monitorização pretende verificar se os valores de concentração de partículas (PM10), junto dos recetores sensíveis potencialmente afetados pela atividade da pedreira, se enquadram nos parâmetros legais em vigor, e por outro lado averiguar a eficácia das medidas de minimização implementadas no decorrer do projeto.

#### *Parâmetros a monitorizar*

Deverá ser determinada a Fração PM10 de partículas em suspensão no ar ambiente. Deverão ainda ser medidos os parâmetros meteorológicos: vento (velocidade média (km/h) e (frequência (%)), precipitação, temperatura e humidade relativa.

#### *Locais de monitorização*

Deverão ser monitorizados os recetores sensíveis mais próximos. Os locais de amostragem deverão localizar-se, se possível, junto às habitações mais expostas, de preferência nos 2 (dois) recetores já avaliados em fase de EIA (AR1 e AR2).

#### *Frequência de monitorização*

Deverá ser realizada uma campanha de monitorização (AR1 e AR2) no primeiro ano após o início da atividade na nova zona licenciada. Deverá ser realizada uma campanha de 7 dias (incluindo fim-de-semana).

A monitorização deverá ser efetuada, preferencialmente, em período seco e sob condições normais de laboração.

A frequência das campanhas ficará condicionada aos resultados obtidos na 1.ª monitorização. Assim, se a concentração média de PM10 no ar ambiente não ultrapassar 80% do valor limite diário (40 µg/m3) a periodicidade deverá ser quinquenal. No caso de se verificar a ultrapassagem desse valor deverão ser aplicadas medidas de minimização e a campanha deverá ser repetida.

#### *Métodos de análise*

EN 12341:2014

#### *Tipos de medidas de gestão ambiental a adotar na sequência dos resultados*

A frequência das campanhas ficará condicionada aos resultados obtidos na 1.ª monitorização. Assim, se a concentração média de PM10 no ar ambiente não ultrapassar 80% do valor limite anual (40 µg/m3) a periodicidade deverá ser quinquenal. No caso de se verificar a ultrapassagem desse valor deverão ser aplicadas medidas de minimização e a campanha deverá ser repetida.

As medidas de gestão ambiental a adotar na sequência dos resultados da monitorização devem ser direcionadas para o controle de emissão de PM10 e deverão incidir no dos parâmetros caracterizadores do funcionamento do projeto que afetam a emissão de PM10 e que foram referidos no ponto anterior.

#### *Periodicidade dos relatórios de monitorização e revisão do programa de monitorização*

Deverão ser entregues à Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AAIA) relatórios de monitorização sempre que se realizem campanhas de monitorização. O programa de monitorização deverá ser revisto, em cada relatório de monitorização, de acordo com os resultados obtidos, ou queixas / reclamações que eventualmente possam ser consideradas relevantes em matérias de impactes de qualidade do ar ambiente.

### **Ambiente Sonoro**

Este plano de monitorização visa assegurar a conformidade dos valores determinados com os estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, no local sensível já identificado.

Assim, deverá ser realizada uma campanha de monitorização após o início da atividade na nova zona licenciada.

A frequência de amostragem deve realizar-se de 5 em 5 anos, exceto no caso de se registar alguma reclamação ou uma alteração no processo de extração.

## **Resíduos**

A monitorização dos resíduos tem como objetivos primordiais, a prevenção de potenciais impactes ao nível de derrames e contaminação do solo e o cumprimento da legislação em vigor, devendo ser um procedimento constante e diário durante a vida útil da pedreira, com a verificação diária da triagem e das condições de armazenamento / acondicionamento, de modo a detetar e corrigir situações de inconformidades.

### *A. Identificação de potenciais ocorrências*

Deverão ser verificados periodicamente o estado dos contentores e bacias de retenção utilizados para evitar a contaminação dos solos, intervindo em função da análise efetuada através de ações de manutenção necessárias.

### *B. Correção de problemas*

Se for verificado qualquer derrame de óleos, deverá ser retirado o solo contaminado e entregue a uma empresa credenciada para a recolha.

### *C. Manutenção dos locais de recolha e de armazenamento de resíduos*

Os locais de armazenagem de resíduos devem manter-se limpos e arrumados e para que não provoquem qualquer derrame ou contaminação do solo. A armazenagem de resíduos não deve existir por período superior a um ano, conforme Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que altera e república o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, caso contrário terá de obter autorização para o efeito.

### *D. Guia de acompanhamento de resíduos*

Todos os resíduos que forem transportados para fora das instalações da pedreira devem fazer-se acompanhar da respetiva guia de acompanhamento de resíduos, devidamente preenchidas.

### *E. Registo dos Resíduos*

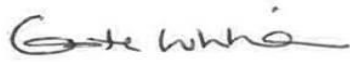
Anualmente devem ser preenchidos os dados relativos aos resíduos produzidos no SIRAPA (Sistema Integrado de Resíduos da Agência Portuguesa do Ambiente) / SILiAmb.

Dada a obrigação legal da empresa anualmente reportar os dados da produção e gestão dos seus resíduos, através do preenchimento anual do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), na plataforma eletrónica SILiAmb, considera-se não existir necessidade da empresa estar a reiterar o reporte da informação, com o seu envio anualmente à CCDR-N, pelo que a empresa apenas terá obrigatoriamente de reportar a informação, sempre que ocorram alterações das condições de gestão dos resíduos e/ou sempre que ocorram acidentes ou derrames, devendo nestes casos indicar e fundamentar os procedimentos implementados.

No entanto, a empresa deverá continuar a efetuar as monitorizações e verificações com as periodicidades previstas, devendo ainda manter um registo atualizado das quantidades e tipos de resíduos produzidos, armazenados, transportados, valorizados e/ou eliminados, bem como o respetivo destino final e a identificação da operação efetuada.

## **Implementação do PARP**

Pelo período de 5 anos, para além da recuperação final após o fecho / encerramento da exploração.

<b>Entidade de verificação da DIA</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
<b>Data de emissão</b>	<b>18 de setembro de 2019</b>
<b>Validade da DIA</b>	Nos termos do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com a alteração produzida pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, e pela Lei n.º. 37/2017, de 2 de junho, a presente DIA caduca se, decorridos quatro anos a contar da presente data, o proponente não der início à execução do respetivo projeto, excetuando-se a situação prevista no n.º 5 do mesmo artigo.
<b>Assinatura</b>	<p>A Vice-Presidente da CCDR-N,</p>  <p>(Ester Gomes da Silva)</p>